

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

IMAGINÁRIOS E SENTIDOS DA CIDADE: POLÍTICAS CULTURAIS DE *GENTRIFICATION* EM BELÉM.

Ana Paula Nazaré de Freitas¹

Resumo: As políticas *gentrification* das cidades se caracterizam freqüentemente pelo uso da cultura como um recurso. Muitos autores dão a este movimento o nome de “culturalização dos espaços”, tal realocização diz respeito ao modo como as essas práticas (re)elaboram tradições e passam a dialogar com o mercado simbólico de bens culturais globalizados. Neste contexto, o trabalho trata das políticas culturais de *Gentrification* empreendidas na cidade de Belém - Pará, tendo como objeto de estudo a “Estação das Docas”. Busca entender as relações entre tal projeto de enobrecimento com as políticas culturais identitárias e as relações de poder inerentes a estas, discorrendo sobre o “paraensismo” e as implicações que a perspectiva identitária pode trazer quando é utilizada como ponto de partida para elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: *gentrification*; políticas culturais; identidades; Estação das Docas; Belém.

As políticas *gentrification* ou enobrecimento das cidades se caracterizam freqüentemente pelo uso da cultura como um recurso, muitos autores se referem à este movimento como “culturalização do espaços”, tal uso diz respeito ao modo como as essas práticas reelaboram tradições e passam a dialogar com o mercado simbólico de bens culturais globalizado. O conceito de *gentrification* utilizado neste artigo foi desenvolvido por Rogério Proença Leite, e é baseado em autores como Smith (1996), Zuzin (1995), Featherstone (1995) e Harvey (1992). Assim, o conceito refere-se

aquelas intervenções urbanas voltadas ao *city marketing*, cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. (LEITE, 2005, p.79)

Para a concepção deste artigo, acrescenta-se a estas intervenções, a característica de utilização destes espaços com fins turísticos e, também, desenvolvidos para públicos heterogêneos (classes médias e dirigentes) com o intuito de revalorização imobiliária, desenvolvimento do comércio e transformação destes lugares em espaços “freqüentáveis” para determinados grupos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: anapaula.freitas@gmail.com

O surgimento de tais políticas urbanas tem como pano de fundo a associação dos centros urbanos das grandes cidades com imagens de abandono e concentração de determinados grupos sociais, geralmente associados à prostituição, pobreza e violência. Surgem a partir de uma nova concepção do patrimônio histórico que passa a ser encarado como um item diferencial das cidades. Ou seja, a valorização de atributos culturais e históricos passa a ser a nova estratégia de geração de divisas e empregos, uma nova forma de competição por investimentos, turistas e capitais com a intenção de tornar as cidades mais competitivas.

Esta nova perspectiva, que encara o patrimônio como “mercadoria cultural” e não mais como bem simbólico, surge na década de 90 e é perpassada pela lógica de preenchimento das necessidades do mercado e no consumo cultural, não raro implicam em intervenções urbanas em que a escolha se dá mais propriamente pela possibilidade de usufruir retornos financeiros, do que simplesmente voltados à valorização dos significados arquitetônicos e históricos dos bens. Neste sentido, a cultura passa a ser utilizada como mercadoria, Leite (2005) problematiza a questão

Essa dimensão mercadológica implica que a racionalidade da preservação tem seu foco para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicados, acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar o seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural do patrimônio, resultando em uma espécie de ‘feitichização’ da cultura. (Ibidem, p.81).

Assim, tais políticas de enobrecimento promovem uma estetização da vida cotidiana e dos ambientes, a cidade passa a ser uma paisagem. Grandes projetos urbanos são construídos e reconstruídos para tornarem-se cartões postais, imagem publicitária, seguindo a lógica de espetáculo², caracterizados por obras faraônicas, de grande investimento (estatal e privado), e geralmente assinadas por arquitetos de renome. A cidade passa a ser gerida como uma empresa e como produto, tornando as políticas urbanas uma grande campanha de *marketing* (ou melhor, de *citymarketing*).

Esta “requalificação” de bens históricos pode ser entendida pela necessidade das cidades se tornarem competitivas no âmbito do mercado turístico e de investimentos mundiais, o que implica na ambígua busca da conciliação da flexibilização dos conteúdos culturais, necessários para participar dos mercados de bens culturais

² Debord, 1997.

mundiais e ao mesmo tempo na re-traditionalização ou “re-enraizamento” que legitima seus processos de diferenciação cultural e enobrecimento.

Se pensarmos como os processos contemporâneos de descentramento do sujeito³, resultantes da falência das metanarrativas, da aceleração dos processos de trocas simbólicas nas dinâmicas de globalização, no surgimento de novas identificações⁴ – compreendidas aqui como transitórias, plurais, processuais, relacionais e interativas –, pode-se pensar a relação que os sujeitos estabelecem com o tempo e o espaço, e a forma como o patrimônio histórico e a memória influenciam na construção destas novas identificações do sujeito. Carlos Fortuna nos ajuda na compreensão desse fenômeno:

Esses locais históricos (...), são lugares especiais que, como as ‘heterotopias’ de Foucault (1986), deslocalizam os sujeitos ao mesmo tempo em que os fixam num determinado espaço. Funcionam como uma espécie de espacialização da utopia, ao poder converter a nossa identidade na nossa alteridade. A paisagem espacial pós-moderna das nossas cidades está carregada desses lugares. Ao lado dos monumentos e das ruínas, também os museus, os santuários, os cemitérios; os estádios ou os hipermercados funcionam, em diferentes graus, como lugares de deslocalização da personalidade dos sujeitos (...) são, portanto, espaços ritualísticos que suportam a transformação da identidade dos sujeitos, por meio de processos sociais de liminaridade, como os rituais de passagem estudados por V Turner (1969). É possível, assim, sustentar que a visita às cidades históricas e aos lugares do passado representa e pode significar uma passagem, uma transição. Mas uma passagem e uma transição especiais, já que no seu decurso os indivíduos se vêem a si próprios e aos olhos dos outros como não tendo nada de seu, sobretudo não tendo obrigações. Vêm-se e se deixam ver ou se insinuam como seres sem estatuto, sem propriedade e sem distintivos sociais e, simultaneamente, com tudo isso (FORTUNA, 1994, p. 7).

Pode-se entender a implicação política das políticas de intervenção e conservação do patrimônio, ao gerarem sentimentos de pertencimento e como elemento importante na construção da idéia de nação, geralmente vinculadas à tradição e ao sentimento de origem dos povos. Canclini também problematiza sobre a questão do patrimônio:

Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta alheio aos debates sobre a modernidade ele constitui o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social. Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base

³ Hall, 1999.

⁴ O conceito de identificações é, na nossa visão, o mais adequado, pois pressupõe uma concepção não essencialista das identidades, entendendo as identificações como processuais e sempre em movimento, em negociação. (sobre a discussão de identificações, ver Hall, 1999).

mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. (...) A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes de consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio (CANCLINI, 2003, p. 160).

Para Canclini o patrimônio é o lugar onde as ideologias dos grupos hegemônicos da América Latina sobrevivem, ele existe como força política na medida em que é teatralizado. Segundo ele

A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias (Ibidem, p. 162).

Portanto as políticas culturais de *gentrification* não devem ser analisadas apenas sob seu prisma mercadológico, mas também sob o prisma político e social, uma vez que tais práticas podem servir à manutenção de um pensamento ou de um grupo político hegemônico, gerando uma dinâmica de silenciamento e ocultamento das lutas e culturas identitárias das minorias, seus conflitos e desigualdades, assim como uma elitização e segregação dos espaços da cidade, conseqüência freqüente de tais políticas e da priorização pela construção da imagem da cidade em detrimento do aprimoramento da cidadania.

O caso paraense

No caso da capital paraense, as políticas de *gentrification*, fortemente centradas na capital Belém, foram empreendidas durante os 12 anos (entre 1994 e 2006) em que o governo do PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira– esteve à frente do governo do Estado. Tais políticas, intervindo principalmente no centro histórico da capital, fizeram parte de um projeto intitulado “Novo Pará” que, na área do turismo e da cultura, pretendia inserir a cidade dentro dos circuitos nacionais e internacionais de consumo através de obras que intervinham no patrimônio histórico. O intuito era a incrementação do turismo, através de altos investimentos em propaganda, assim como o declarado objetivo de “elevar a auto-estima paraense”, através de uma política de cunho identitário e essencialista. Tais projetos foram capitaneados pelo então Secretário de Cultura e principal arquiteto que assina as obras desse governo: Paulo Chaves Fernandes, que esteve à frente da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT) durante os 12 anos de governo do PSDB, ou seja, nos oito anos que se referem aos mandados do governador Almir Gabriel (1994- 2001), assim como nos quatro anos de governo de Simão Jatene (2002-2005).

Tal política identitária, empreendida pelos referidos governos foram estratégicas na formulação de um desejo de pertencimento. Porém, a formulação desta identidade não se deu apenas através das políticas culturais empreendidas por estas gestões. A tentativa de conformação do que seria uma identidade paraense é resultado de um processo histórico anterior e dinâmico, fenômeno que CASTRO identificou como *Moderna Tradição Amazônica*.

CASTRO (2005) percebe a existência de um desejo de uma “identidade amazônica”, e o identifica como um fenômeno social relativamente novo no quadro social local, afirmando que esses processos não são sempre conscientes, sendo a construção desse referencial identitário fruto da intuição de indivíduos que não necessariamente interagem entre si, nem constituem um movimento cultural organizado na região.

A moderna tradição amazônica, compreendida como um fenômeno de vitalismo social e como um tecido intersubjetivo de negociação de sentidos, surge nesse cenário, enquanto processo intelectual de referenciação de uma ‘identidade’ amazônica. Essa moderna tradição amazônica constitui uma representação social coerente e disseminada, hoje, pelo espaço amazônico. Ela manifesta-se, centralmente no campo artístico-intelectual da cidade, constituindo uma representação reificada de o que seria uma “identidade” amazônica. No entanto, pode-se ver como, progressivamente, ela vai ganhando espaço na mídia, sendo também incorporada pelo discurso político e, dessa maneira, vai se tornando assimilável, por uma vasta parcela do conjunto social. (CASTRO, 2005, p. 7)

CASTRO (2005) identifica este processo como:

uma preocupação social partilhada em demarcar o espaço de o que seria uma ‘cultura’ amazônica. Essa preocupação constitui códigos de significação, formas de controle do discurso, comportamentos e hábitos de consumo cultural (Ibidem, p.1).

No caso do estado do Pará, esta proposição identitária marcou o discurso e a formulação das políticas culturais empreendidas por estes governos, batizada de “paraensismo”, esta formulação de coerência identitária pode ser verificada em um dos documentos oficiais do Governo onde são estabelecidas diretrizes e balanços dos anos anteriores da gestão:

Um dos mais desafiantes compromissos da gestão Almir Gabriel foi, sem dúvida, o de revitalizar a cultura do Estado de um patamar sacrificado pelo alheamento da sociedade paraense em relação à memória de sua própria história e ao respeito nos valores e manifestações que fazem sua identidade.(...) A tarefa, portanto, consistia, antes de mais nada, em reatar essa sintonia, tendo como chave de sua condução uma política que (...) construísse um suporte capaz de fazer manifestar, em toda sua verdadeira amplitude, o singular potencial da cultura do Pará, motivando a sociedade a se reconhecer, com orgulho, na sua identidade cultural(...). (Pará. Governador 1995-1998: Almir Gabriel, p. 95)

Essa diretriz continuou sendo seguida, mesmo com a troca do governador (porém do mesmo partido, o PSDB), como se pode verificar na mensagem do governador referente ao ano de 2003, em tópico intitulado “O paraensismo”:

Em nenhum outro setor da vida cotidiana paraense a diversidade de elementos é tão marcante quanto no cultural. As influências indígenas, européias e africanas formam a pluralidade do paraensismo, característica humana sócio-cultural que o Governo Almir Gabriel procurou resgatar desde 1995, deslançando em todo o Estado um processo contínuo da afirmação da auto-estima paraense e das potencialidades regionais, que haviam se perdido ao longo da história. (Pará. Governador 2003: Simão Jatene, p. 99, 2003)

Fica claro nestes dois documentos a importância das políticas referentes ao patrimônio cultural da cidade de Belém na construção deste sentimento de pertença. É importante pensarmos, portanto, em como a relação dos indivíduos com os lugares históricos da cidade pode gerar (e gerir) sentidos que possibilitem a identificação de seus lugares no mundo e a construção de suas identidades ou alteridades. Sobre essa questão FORTUNA (1994) nos fornece uma discussão edificante, partindo de duas perguntas

Serão as ruínas, monumentos e os museus manifestações espaciais e artefatos que decoram a cidade que habitamos, ou ao contrário serão eles elementos históricos, artísticos e culturais que atualizam o passado e lhe dão vida? Com eles temporalizamos o espaço ou espacializamos o tempo? (FORTUNA, 1994, p.5)

Fortuna (1998) afirma que, apesar das novas relações sociais que as ruínas ou prédios históricos abrigam no presente, estas não deixam, por isso, de funcionar como marcador social de distinção

reservada que foi, noutros tempos, às diferentes elites sociais que lhe deram uso como barreira autoprotetora diante do contato com os estratos sociais inferiores, a arquitetura histórica e monumental das cidades não é socialmente neutra (...). A concomitante perda da sua aura, ainda que possa contribuir para a destituição desse patrimônio construído do efeito de diferenciação social, fá-lo só parcialmente e não lhe retira, e eventualmente até reforçará, a sua capacidade de funcionar como instrumento a serviço de estratégias simbólicas de autopromoção e de integração social, sobretudo por parte das classes médias, detentoras de crescentes capitais e competências culturais.

(Ibidem, 1994, p.6)

Assim, a discussão que Georg Simmel faz das ruínas da cidade pode também no ajuda a desvelar alguns fragmentos para compreensão das relações entre o passado e o presente. Em um pequeno texto intitulado “A Ruína”, Simmel ensaia sobre a constante luta entre a natureza o espírito, ou a contingência e a vontade humana. Ele nos fala das sensações de paz que as ruínas, entendidas como uma forma de equilíbrio entre duas forças contrárias (a natureza e o espírito) trazem aos seres humanos. Este sentimento, no entanto, não se refere a todo o tipo de ruína, pois se trata de uma sensação advinda da estetização do lugar

O valor estético da ruína unifica o desequilíbrio, o eterno devir da alma que luta consigo mesma, com o contetamento formal, com a delimitação fixa da obra de arte. Por isso, onde não há mais restos da ruína suficientes para fazer sentir a tendência à elevação, ela perde sua sedução metafísico-estética. Os restos das colunas do Fórum Romanum são simplesmente feios e nada mais, enquanto uma coluna espedaçada até a metade pode desenvolver um máximo de sedução (SIMMEL,2005, p.141)

A ruína quando se mostra um amontoado de pedras, ou se pensarmos na cidade com prédios abandonados, depredados, descocupados assinalam não apenas cidade destruída, mas a cultura arruinada.

Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado e, ainda seguindo o pensamento de Simmel (...), pode-se dizer que, para salvar o passado e respeitar o presente, será preciso uma política capaz de manter e preservar o nosso patrimônio e, persistentemente, ‘ revesti-lo de máximo encanto’ (...). O que importa reter é que a paz e a harmonia que exalam da ruína se constituem em indispensável evasão do presente. Elas podem projetar-nos para fora de nós próprios, para um lugar e um tempo fantásticos, sem limites, através da nossa ‘passividade positiva, pela qual o homem se torna cúmplice da natureza’. (FORTUNA, 1994, p. 8)

Podemos pensar que a esteticização destes lugares históricos levam a uma transgressão de sentidos⁵. Ou seja, trata-se de um processo em que os significados históricos e sociais se tornam esvaziados, tanto em favor do conforto dos visitantes,

⁵ FORTUNA,1994.

quanto da viabilidade turística do empreendimento de ‘revitalização’ do patrimônio histórico e da mercadorização da memória.

Pode-se perceber que, no movimento da formulação da identidade paraense (este desejo de retorno às origens), as imagens que conformam esta identidade se relacionam não somente aos povos ribeirinhos e primitivos da Amazônia, mas também com a influência da colonização portuguesa no Estado, principalmente em Belém. Ainda como fonte imagética, ou seja, como princípio atuante na conformação do imaginário desta identidade, pode-se identificar muitas referências à chamada *Belle Époque* paraense, situada historicamente entre 1860 e 1920. Por vezes identificada também como a “Era da Borracha”, tempo em que se verificou um grande crescimento econômico e demográfico da cidade de Belém.

A população de Belém cresceu cerca de 1,200%. De cerca de 18 mil habitantes no final da guerra civil de 1835, passou a contar com um número em torno de 180 mil em 1912. Um crescimento intenso, baseado, principalmente, na imigração portuguesa e nordestina, mas que contou também com fluxo migratórios espanhóis, franceses e italianos, além de fluxos do interior paraense. A renda interna da Amazônia cresceu, nesse período, em torno de 2.800%. (CASTRO, 1995, p. 12)

Os mitos, histórias e memórias que cercam este período da história recente do Pará, e de maneira mais marcada a história de Belém, remetem á uma idéia de modernização e fausto da cidade e das classes dominantes. As modificações urbanas – acompanhadas pela reformulação dos costumes – executadas neste período, marcaram fortemente a configuração da cidade até os dias atuais, pautadas nas concepções de assepsia pública, embelezamento e eficiência. Empreendidas por seu intendente da época, Antonio Lemos, esta política foi marcada pela instalação de serviços: como o necrotério municipal, a usina de incineração, reorganização do serviço sanitário, instalação de quiosques e mercados, preocupação com a higiene dos locais de venda de produtos perecíveis, instituição de regulamentações sobre postura pública e transporte de cargas, além de padrões arquitetônicos, escoamento de água e formas de ventilação das residências (CASTRO,1995)⁶.

As memórias que cercam este passado, freqüentemente visto como glorioso, são marcadas por narrativas que procuram localizar a cidade de Belém como uma capital moderna e enobrecida aos moldes das capitais européias (notadamente Paris). É freqüente nestas narrativas a referência á cidade de Belém como a “Paris dos trópicos”,

⁶ Algumas destas leis de postura pública chegavam a instituir inclusive a proibição de circulação de pessoas feias no centro da cidade.

“Paris na América” etc., ou histórias sobre a abundância que caracterizaram aqueles tempos, como as que contam que as mulheres da alta sociedade mandavam lavar suas roupas em Paris, ou que os barões da borracha acendiam seus charutos com notas de dinheiro. Datam desta época as principais edificações tidas como patrimônio histórico da cidade de Belém, como o Teatro da Paz, o Palacete Bolonha, o Palacete Pinho, o Mercado do Ver-o-Peso e o porto que viria a se tornar a “Estação das Docas”.

Marcada pelo centramento imaginário da pretensa identidade paraense e pela tendência do empresariamento urbano⁷, a política cultural capitaneada pelo secretário Paulo Chaves foi conduzida. Voltaremos, agora mais detidamente, sobre o caso da Estação das Docas.

A Estação das Docas

A Estação das Docas foi inaugurada em 13 de maio do ano 2000. Construída no espaço onde funcionava o antigo porto da capital paraense, ocupa 500 metros de orla fluvial (situada de frente para a Baía do Guajará) em uma área de 32 mil metros quadrados. O projeto aproveitou a estrutura original do antigo porto, construído em ferro inglês característico do século XIX, assim como preservou os guindastes de fabricação americana do começo do século XX, aproveitou uma antiga engrenagem que era utilizada para transportar cargas e a transformou em um palco deslizante suspenso.

Também incluem em seu projeto as ruínas do Forte de São Pedro Nolasco, construído em 1635 e destruído em 1835 durante o movimento da Cabanagem. O empreendimento resultou de uma parceria entre o Governo do Estado do Pará e a Companhia das Docas do Estado do Pará (instituição do Governo Federal) e foi projetado pelo próprio secretário Paulo Chaves, que assinou todas as grandes obras de intervenção paisagística e turística na cidade durante sua gestão na SECULT.

É importante ressaltar, também, que o projeto não contou com a participação da população que ocupava as imediações, nem através de consultas populares e tampouco com políticas que permitissem que os antigos grupos continuassem ocupando aquela área. Após a conclusão das obras que, segundo os dados oficiais, custou aos cofres públicos em torno de 19 milhões de reais, a administração do espaço foi conferida a uma Organização Social (entidades privadas de direito público). Esse movimento caracteriza mais uma marca das políticas culturais de *gentrification*. Essa privatização

⁷ HARVEY, 1996.

dos espaços públicos é também tendência marcante de tais políticas, conforme indica Sánchez

Pode-se perceber, a partir da contínua e crescente privatização do nosso cotidiano – seja pela sociabilidade violenta atualmente em curso nas cidades mundo afora, seja pela sua crescente inserção na lógica da forma-mercadoria -, acredita-se que esse tipo de iniciativa calcada em grandes projetos de intervenção urbanística esteja contribuindo para a inversão da noção de espaço público, que, nesses tempos de desmedida empresarial, vem se tornando cada vez mais subordinado aos interesses privados. (SÁNCHEZ, 2004)

O empreendimento se caracteriza por sua faceta mercadológica e identitária, restaurantes que oferecem alta gastronomia, desenvolvida com ingredientes típicos da região, lojas e quiosques de artesanato e produtos típicos, onde também se encontra produtos de luxo como jóias fabricadas com gemas biológicas e minerais, resultantes da extração de minérios e recursos do próprio Estado. São oferecidos também serviços para o incentivo do turismo: casas de câmbio, caixas eletrônicas 24h, salão de beleza e uma estação fluvial que oferece aos passageiros passeios na Baía do Guajará, em barcos ao som de dança e música “típicas”.

Além disso, a Estação – como seus freqüentadores costumam chamá-la – conta com um museu de exposição permanente sobre a história do Porto e arqueologia urbana. Exposições itinerárias também habitam a Estação, no espaço de um armazém específico denominado “*Boulervad das Artes*”. Onde também está situado o cine-teatro “Maria Sylvia Nunes”.

Muitos elementos do “paraensismo” podem ser encontrados tanto nos projeto arquitetônico da estação quanto na ocupação de seu espaço, começando pela escolha do local, que remete à “Era da Borracha”, época de glória que ainda habita o imaginário da cidade, principalmente das classes médias e mais abastadas da cidade.

Acredita-se que estas representações não fazem parte das referências do passado da maioria da população belenense e, dessa maneira, esta reinvenção do passado encontra sentido apenas para algumas camadas da população, pois os códigos de significação não estão dados *a priori* a todos. Desse modo, o que se pretende como preservação da memória da cidade como totalidade, acaba por se tornar preservação da memória das classes dominantes.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica ou saudosista, constituindo tudo isso de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de

bens culturais para ela constitui a obrigação de manter a memória viva dos avós. (LEMOS, 1987, p.31)

Outra imagem encontrada na Estação, que remete a este passado, são os *displays*⁸, impressos em tamanho natural, com fotos de pessoas retiradas de cartões postais datados da “Era da Borracha”. Estes *displays* povoam os jardins externos da Estação, fazendo uma referência direta aos frequentadores do lugar neste período.

Outro elemento é a própria relação do projeto com o rio, pautada na idéia disseminada na cidade de “abrir janelas para o rio” e seguindo a lógica de políticas de aproveitamento da orla das cidades, ou *waterfront*, aproveita-se a dimensão paisagística que pode propiciar a tais projetos. Esta relação, em Belém, remete também à formulação da idéia da relação homem-natureza e, mais especificamente, “cultura” e natureza (ou ainda, “identidade” e natureza), frequentemente relacionado com a imagem dos povos ribeirinhos da Amazônia: um dos povos que conformam o quebra-cabeça da Moderna Tradição Amazônica.

Política, cultura e democracia

O que nos interessa pensar é até que ponto tais políticas se deram de maneira democrática, uma vez que as políticas públicas de cultura, ou mesmo de intervenção urbanística deveriam partir de concepções pluralistas, que beneficiassem toda a população, principalmente as historicamente marginalizadas. No momento em que as políticas culturais de governo se pautam em uma concepção identitária, engendram relações de poder assimétricas, caracterizando tais políticas como autoritárias, silenciando as lutas outras presentes no entorno social

Quando uma política pública de cultura promove o discurso identitário ela corre um grande risco de, no fim das contas, colocar em ordem, gerenciar, o processo de diferenciação, que é um movimento de instabilidade, de dispersão. Ela acaba por instaurando o Idêntico lá onde pulsam as diferenças. (BARBALHO, p. 129, 2008)

Ainda no contexto da Moderna Tradição Amazônica, podemos afirmar que estas lutas ocultadas se referem justamente aos povos que servem como referência para a coesão identitária Amazônica. A tais identidades silenciadas por este discurso essencialista de Amazônia CASTRO dá o nome de “identidades emergentes”:

⁸ Estrutura para expor em destaque determinado produto.

‘Novos índios’, remanescentes de quilombos, coletores dispersos na floresta, movimentos sociais e culturais organizados nas grandes cidades da região seriam índices de um amplo processo de reorganização das referências e das perspectivas identitárias (CASTRO 2006, p.1).

Pensando assim a análise das relações engendradas por concepções identitárias não podem prescindir da análise das relações de poder e hierarquia em que estas estão inseridas, pois a concepção de determinada identidade sempre pressupõe as suas alteridades, ou seja, as identidades só podem existir em relação a um outro que está externo à ela. Portanto, identidade e diferença sempre caminham juntas. Porém, com pesos distintos em suas relações, conforme Barbalho

Se identidade e diferença são dois termos indissociáveis, não implica que os dois possuam o mesmo peso em suas relações. Ao contrário, o “eu” (a identidade) é sempre mais valorizado ou mais forte do que o ‘outro’ (a alteridade). A oposição entre os dois, portanto, baseia-se em um necessário desequilíbrio de poder entre os termos que compõem a equação. Só assim, um pólo pode determinar a regra, colocando o outro como exceção. (BARBALHO, 2008, p. 94)

Nesta relação fica claro o caráter político da constituição das identidades e como a cultura contemporaneamente tem sido vista como arena de disputas entre as práticas hegemônicas e contra-hegêmônicas, conformando-se como um campo estratégico de relações de poder e onde se situam as principais disputas discursivas contemporâneas.

O ponto de partida para uma política cultural urbana mais democrática e mais cidadã, conforme nos propõe Canclini em *Consumidores e Cidadãos* (1995, p.108), seria “*não pensar a heterogeneidade como problema, mas sim como base para a pluralidade democrática*”. O autor enumera, ainda, alguns outros pontos:

(...) 2- As políticas culturais serão mais democráticas não ao afirmarem dogmaticamente uma única identidade legítima para cada cidade ou nação, mas ao propiciarem a convivência das múltiplas formas de ser.

3 – (...) Sabemos quantas vezes a xenofobia pode ser reforçada por uma política cultural baseada na reação, que tenta criar um refúgio nostálgico do que ainda resiste à modernização e a globalização.” (CANCLINI, 1995, p. 109)

Reconhece-se a dificuldade em traçar tais políticas e de dar “a” resposta para tal problema, mas está claro que é imprescindível, aos que lidam com o campo da cultura (principalmente aos gestores públicos), adotar uma perspectiva que problematize a articulação identidade-alteridade-poder de forma produtiva e processual. Pensar e implementar políticas culturais mais criativas e menos mercadológicas, buscando novos modos de fazer, considerando as diversidades culturais e sociais. Esses são elementos fundamentais para o fortalecimento democrático e para o aprimoramento da cidadania.

Referências

BARBALHO, Alexandre. **Textos Nômades: política cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTRO, Fábio Fonseca. **A encenação das identidades na Amazônia contemporânea**. Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2005.

_____. **Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira**. Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006.

_____. **A cidade Sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Dissertação de Mestrado – Programa de mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *In: Espaço & Debates*, São Paulo: NERU, n.36, p.48-64, 1996.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. *In: Sociedade e Cultura*, v.8, n.2, p. 79-89, 2005.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico?** São Paulo; Brasiliense, 1987

FORTUNA, Carlos. As Cidades e as Identidades: Narrativas, patrimônios e memórias. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n.33, 1994.

SÁNCHEZ, Fernanda, et all. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *In: Revista Paranaense de desenvolvimento*, n.107, p.39-56, 2004.

SIMMEL, George. A ruína. *In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs). Simmel e a modernidade*. Editora Universidade de Brasília, 2005.

PARÁ.Governador (1999). *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada em 22 de fevereiro de 1999. Belém.

_____ (2003). *Mensagem à Assembléia Legislativa*: apresentada em 15 de fevereiro de 2003. Belém.